



CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DO VEREADOR PASTOR DINHO SOUZA

Ao Presidente Interino da Câmara Municipal da Serra/ES

**DR. WILLIAM FERNANDO MIRANDA**

O vereador subscritor vem, respeitosamente, perante esta Casa de Leis, na forma do art. 117, VI, c/c art. 127, todos do Regimento Interno, propor a presente:



**PASTOR DINHO SOUZA**  
@PRDINHOSOUZA

**EMENDA Nº \_\_\_\_/2026 AO PL Nº 51/2025.**

**Altera a redação do art. 1º, *caput*, do Projeto de Lei nº 51/2025.**

**Art. 1º** O art. 1º do Projeto de Lei nº 51/2025 passará à seguinte redação:

*“Art. 1º Fica assegurado, aos pais ou responsáveis legais dos alunos matriculados em instituições de ensino públicas municipais ou privadas do município de Serra, o acesso às bibliotecas escolares para verificação dos materiais didáticos e paradidáticos disponíveis ou utilizados no ambiente educacional.”*

**Art. 2º** Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, 8 de janeiro de 2026.

Evandro de Souza Ferreira Braga

**Vereador Pastor Dinho**

Rua Major Pissara, nº 245, 3º andar, Gabinete Pr. Dinho, Centro, Serra/ES, CEP 29.176-020.  
gabinetepastordinho@camaraserra.es.gov.br / (27) 99616-1609 / (27) 3251-8300



### JUSTIFICATIVA

A Exma. Procuradoria exarou parecer opinando pelo prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei nº 51/2025, desde que fosse suprimida a expressão “*a qualquer tempo*” do art. 1º da referida proposição, em razão do receio de sua aplicação prática gerar transtornos indesejados.

Pois bem, de forma alguma a intenção da proposição principal pretende gerar imbróglis ao sistema educacional serrano; pelo contrário, deseja-se trazer os pais e responsáveis para serem colaboradores na condução da educação de seus filhos, visando o aperfeiçoamento de todo o processo educacional.

Entendemos que o art. 2º da proposição é suficiente para delimitar o direito dos pais e responsáveis, sem que haja confusão quanto à sua operacionalização. Inobstante, a supressão sugerida não implica em prejuízo ao texto legal.

Aproveitamos para realizar correções ortográficas no texto do artigo, como é o caso do acréscimo da palavra “*acesso*”, que, por erro de digitação, não está presente na redação original.

Portanto, tendo em vista e consonância com a opinião da Procuradoria, salienta-se o pedido de apoio dos nobres pares à proposição.